

Empresa privada não é necessariamente melhor que estatal

NETTO, Antonio Delfim. "Empresa privada não é necessariamente melhor que estatal". Folha de São Paulo. São Paulo, 30 de agosto de 2017.

Empresas estatais habitam todas as economias. São quase inexistentes nos EUA (onde as hidroelétricas são estatais), mas representavam o universo no socialismo "real". Nas economias de mercado, as razões de sua existência são múltiplas: o controle de monopólios naturais, divergência entre a taxa de retorno social e a privada, ausência de poupança voluntária para financiar grandes projetos etc.

No Brasil, a Eletrobras, que agora se estuda como privatizar, foi criada em 1961. Seu objetivo era: 1º) coordenar a indiscutível capacidade técnica da engenharia nacional já então existente em projetos hidráulicos de energia elétrica; 2º) estimular a criação da capacidade operacional dos "barrageiros" que começavam a surgir; 3º) encontrar os meios para executar a Política Nacional de Energia elétrica.

O terceiro objetivo era fundamental para a realização dos dois primeiros. A solução encontrada foi um empréstimo compulsório (uma poupança "forçada") modesto, cobrado na conta de energia do consumidor. Em troca, ele recebeu debêntures que foram rigorosamente honradas no regime autoritário.

Olhando o que se fez, é difícil negar que, até a "barbearagem" do apagão de FHC, em 2001, a Eletrobras deu razoável conta do recado, insistindo em investimentos que o governo demorou a fazer.

É possível dizer que poderia ter sido mais eficiente, principalmente a partir de 1984, quando foi entregue à mais deslavada, feroz e caríssima politicagem da escolinha "risonha e franca". Finalmente, a situação entrou em colapso quando o voluntarismo da insensata medida provisória 579 destruiu o sistema elétrico nacional.

Em princípio, não há razão objetiva para afirmar que a empresa privada é mais eficiente que a pública quando esta é administrada por uma burocracia ascética, disciplinada e competente, o que, por definição, é impossível no presidencialismo de coalizão! A consequência é que, com raras exceções, as estatais são entregues a "intermediários" incompetentes de políticos inescrupulosos.

É por isso que é preciso apoiar o governo no surpreendente ataque radical à ineficiência das estatais. Ele despertará as mais violentas e irracionais reações dos políticos, do seu funcionalismo e de seus sindicatos. Não se trata de "neoliberalismo". Trata-se de promover uma transição sem transação do mercantilismo patrimonialista para uma economia de mercado liberal e democrática. Não se discute o tamanho do Estado, mas sua eficiência para atender a sociedade na produção dos bens que só ele pode promover: segurança, saúde, educação e solidariedade com os menos favorecidos pela sorte que sofrem com a concorrência dos recursos dissipados pela má administração das estatais.

Antonio Delfim Netto é ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal. Professor catedrático na USP